

Adaptações/Flexibilizações Curriculares: o que Dizem as Teses e Dissertações Presentes na Capes no Período de 2015 a 2019 Sobre essas Medidas de Acessibilidade ao Currículo Escolar?

Curricular Adaptations/Flexibilization: What do the theses and Dissertations Present in Capes in the Period from 2015 to 2019 tell about These Measures of Accessibility to School Curriculum?

Lucilia Vernaschi de Oliveira^{*a}; Solange Franci Raimundo Yaegashi^b; Luciane Guimarães Batistella Bianchini^c; Daniela Von Stein^c; Luanna Freitas Johnson^d; Luciane Neuval^e

^aUniversidade Estadual de Maringá. PR, Brasil.

^bUniversidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. PR, Brasil.

^cUnopar, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias. PR, Brasil.

^dUniversidade Federal de Rondônia. RO, Brasil.

^eUniversidade Estadual do Centro-Oeste. PR, Brasil.

*E-mail: luvernaschi@gmail.com

Resumo

O presente artigo se insere na discussão sobre a inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais, especialmente os que são acometidos por deficiência, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, conforme amparo da legislação específica para esse alunado. Partindo dessa realidade, o objetivo foi apresentar pesquisas *stricto sensu* sobre adaptações/flexibilizações curriculares no contexto da educação especial. Para a sua realização foram selecionadas pesquisas cadastradas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de 2015 a 2019. Foram analisados três teses e 15 dissertações, para isso se organiza um quadro, no qual são distribuídas informações relevantes do material pesquisado. Além disso, organizam-se semanticamente as 18 pesquisas em três momentos: adaptações curriculares, formação docente e práticas pedagógicas; adaptações curriculares e estudantes com deficiência intelectual; e, adaptações curriculares, gestão e políticas públicas inclusivas. Os resultados apontam que as expressões adaptações curriculares (ACs)/flexibilizações curriculares (FCs) são, na maioria das vezes, utilizadas como equivalentes, no entanto, constata-se que apenas três trabalhos analisados fazem uso mais recorrente de FCs para se referir às adequações do/no currículo escolar. As pesquisas apresentadas mostram a necessidade de outras investigações a respeito da horizontalização do currículo, uma vez que essa atitude pedagógica oferece indicativos emancipatórios ao possibilitar reflexão crítica sobre os conteúdos, as aulas e o desenvolvimento acadêmico dos alunos, que não conseguem aprender da forma convencional.

Palavras-chave: Currículo. Educação Especial. Inclusão Escolar. Pesquisas. Necessidades Educacionais Especiais.

Abstract

This article is part of the discussion on the school inclusion of students with special educational needs, especially those affected by disability, global developmental disorder (PDD) and high abilities/giftedness, in accordance with the specific legislation for this student. Based on this reality, the objective of this study was to present stricto sensu research on curriculum adaptations/flexibility in the special education context. To carry it out, research was selected registered in the Theses and Dissertations Bank of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Capes, from 2015 to 2019. Three theses and 15 dissertations were analyzed, for that we organized a table in which we distributed relevant information from the material researched. In addition, the 18 surveys were semantically organized into three moments: curricular adaptations, teacher's training and pedagogical practices; curricular adaptations and students with intellectual disabilities; and, curricular adaptations, management and inclusive public policies. The results show that the expressions curriculum adaptations (ACs)/curricular flexibility (FCs) are, most of the time, used as equivalent, however, it was found that only three analyzed works make more frequent use of FCs to refer to adjustments of/ in the school curriculum. The research presented shows the need for further investigations regarding the curriculum horizontalization, since this pedagogical attitude offers emancipatory indications by enabling critical reflection on the contents, classes and academic development of students who cannot learn in the conventional way.

Keywords: Curriculum. Special Education. School Inclusion. Studies. Special Educational Needs.

1 Introdução

A literatura que trata das especificidades do ensino e aprendizagem escolar assegura que a função social da escola se realiza com o ensino sistematizado, planejado e ensinado em forma de conteúdos curriculares com relevância sociocultural – entendendo aqui o currículo como seleção e organização cultural de conhecimentos construídos e em construção pela humanidade, sendo norteador de ações e intervenções pedagógicas da/na escola, o qual deve contemplar todos os

alunos, independentemente de suas condições individuais reais de aprendizado.

Conceituar e explicar o currículo escolar e suas várias representações não é tarefa fácil, pois envolve múltiplas dimensões e implicações que perpassam questões filosóficas, culturais, ideológicas, políticas, pedagógicas, socioeconômicas e outras que estão imbricadas dialeticamente nesse objeto de conhecimento. Este texto não comporta aprofundamento nesse assunto, mas necessário se faz uma breve incursão, porque discutir a sua organização remete, ao menos, defini-

lo segundo critérios de pesquisadores, que falam desse assunto com primazia, e sobretudo, porque se busca entender a educação inclusiva em uma dimensão curricular, com as necessárias adaptações curriculares (ACs) e flexibilizações curriculares (FCs).

Para subsidiar essa reflexão sobre currículo escolar e suas necessárias adaptações, se ancora em Sacristán (2000); Sacristán e Gómez (1998); e, Saviani (2005). E para refletir especificamente sobre as ACs, apoia-se em González (2002); Fonseca (2011); Leite e Martins (2012); Capellini (2018) e no material que se analisa (teses e dissertações selecionadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes).

Ao se discutir o currículo escolar em ação, vale-se do pensamento de Sacristán (2000), quando ensina a refletir sobre alguns de seus princípios, com base em uma perspectiva emancipatória. Para esse autor, a dinâmica escolar e pedagógica precisa ser reflexiva, isto é, os passos entre planejar, ensinar e avaliar um determinado componente curricular precisam ser questionados por quem ensina e por quem aprende. Além disso, o currículo precisa ser situado em um contexto histórico, político e socioeconômico, pois as escolhas que se fazem em sua elaboração e execução justificam o quê, como e para quem ensinar. Ademais, o currículo se realiza em uma dimensão sociocultural, em que os saberes se entrecruzam nas ações de produtor ou consumidor cultural de conteúdos escolares (ações docentes e discentes). Enfim, no currículo ocorre o processo de criação social, nas trocas entre professores, alunos, comunidade escolar e sociedade.

Em virtude da complexidade dos fatores que compreendem a definição do que seja currículo escolar, entende-se com Leite e Martins (2012), que esse deva exprimir as intenções do sistema educacional, concatenado com as diversas demandas socioculturais, portanto é concebido como um artefato social e cultural. Assim sendo, o grande desafio da escola inclusiva é estar atenta ao atendimento de todos os alunos, contudo, essa precisa se organizar a partir de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e das necessárias interlocuções entre professores das salas comum e os da educação especial, priorizando reflexões sobre currículo único e inflexível, que promovem, via de regra, a exclusão de acesso ao conhecimento.

Saviani (2005) discute o currículo escolar tomando por base, entre outros aspectos, os conteúdos culturais que o compõe; os nucleares dizem respeito aos conhecimentos essenciais e os não nucleares ou secundários são conhecimentos considerados não tão relevantes ao desenvolvimento acadêmico do estudante, geralmente, veiculados de forma cotidiana. E, no processo de organização curricular para atender as especificidades dos estudantes com necessidades especiais de aprendizagem, precisa-se priorizar os ajustes nos primeiros (nucleares), pois é direito dos estudantes a igualdade de oportunidades de aquisição cultural reificada.

Da mesma forma, como docentes, se é conhecedor da realidade de (não) ensino e (não) aprendizagem que ocorre no

contexto escolar, ou seja, é certo que nem todos os estudantes aprendem da mesma forma, no mesmo tempo e com a mesma intensidade. Daí resulta a necessidade, especialmente, a decorrente do processo de inclusão escolar, de que os componentes curriculares sofram adequações para que todos possam desses se apropriar. Nas palavras de González (2002), com as ACs, a intervenção educativa deixa de estar centrada nas diferenças para se radicar na capacidade de aprendizagem do aluno, além disso, salienta sobre a importância das capacidades das instituições educativas para responder às necessidades dos alunos.

Assim sendo, as ACs auxiliam na democratização (execução) dos conteúdos curriculares aprendidos por alunos com ou sem deficiência. Contudo, encontra-se nas pesquisas analisadas e na literatura que sustenta teoricamente este texto, diferentes terminologias para essas mudanças curriculares, aspectos que se discute no tópico a seguir.

Nessa perspectiva, as questões norteadoras para este estudo são as seguintes: o que dizem os teóricos da educação a respeito de uma concepção crítica e emancipatória do currículo escolar? E como se reportam sobre a necessidade de ACs/FCs, para que todos os alunos aprendam?

Com o propósito de discutir a inclusão escolar pelo viés das reflexões sobre currículo e seus ajustes, traça-se como objetivo apresentar pesquisas *stricto sensu* sobre adaptações/flexibilizações curriculares no contexto da educação especial. Para isso, estrutura-se este artigo em quatro momentos: no primeiro se fez a sua apresentação. No segundo se explica como, metodologicamente, realiza-se a pesquisa do material que se analisa (teses e dissertações). No terceiro se realiza a análise propriamente dita das 18 pesquisas *stricto sensu*. No quarto são apresentadas as discussões da pesquisa, especialmente, no que tange à indefinição do uso dos termos ACs/FCs. E nas considerações finais são apontados alguns aspectos que precisam ser observados para que as ACs/FCs realmente aconteçam nas escolas.

2 Material e Métodos

Para a elaboração deste artigo se adotam critérios de análise crítica do material que o compõe, conforme teóricos que entendem o currículo em uma proposta dinâmica e democrática na promoção da emancipação humana. Para isso, selecionam-se pesquisas *stricto sensu* cadastradas no Banco de Teses e Dissertações na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, defendidas no período de 2015 a 2019.

Em um primeiro momento, foram selecionados 30 trabalhos, no entanto, a partir de uma leitura mais criteriosa, foram descartados 12 desses, por não atenderem aos critérios desta pesquisa. Assim sendo, foram analisados 18 trabalhos, sendo três teses e 15 dissertações. Os descritores de busca, para a localização dos títulos e análise dos resumos, foram combinados em: “flexibilização curricular, adaptação

curricular” (nas versões singular e plural) combinadas com as expressões “educação especial e inclusão escolar”. Além disso, foram eleitos os trabalhos que dedicaram ao menos um capítulo ou subtópico para discutir as ACs ou FCs. Considera-se pertinente registrar que no levantamento de dados da pesquisa realizada, embora se envidem esforços para reunir os trabalhos para a composição deste item, pode, incidentalmente, ter ficado sem análise algum tema que, de fato, comporia o *corpus*, o que, a nosso ver, não compromete, significativamente, os resultados encontrados. Acredita-se que, se tal lapso tenha acontecido, se deve, possivelmente, ao fato de o título não estar suficientemente condizente com a proposta de busca; o contrário também pode ser considerado.

Para a análise do material, elabora-se um quadro no qual

consta a distribuição das pesquisas por regiões brasileiras e por esfera administrativa/instituição de pós-graduação. Em seguida, elaboram-se três categorias semânticas de análise, segundo a proposta de Bardin (2016), assim constituídas: Adaptações curriculares: formação docente e práticas pedagógicas; Adaptações curriculares: estudantes com deficiência intelectual; e, Adaptações curriculares: gestão e políticas públicas inclusivas.

3 Resultados e Discussão

O Quadro 1 apresenta a distribuição das 18 pesquisas analisadas, oriundas das cinco regiões brasileiras, divididas em tipo de pesquisa Tese (T) ou Dissertação (D) e subdivididas de acordo com as esferas administrativas a que pertencem.

Quadro 1 - Distribuição das pesquisas por regiões brasileiras e por esfera administrativa/instituição de pós-graduação

Regiões Brasileiras	Teses (T)	Dissertações (D)	Esferas Administrativas			Total
			Públicas Federais	Públicas Estaduais	Privadas	
Norte	-	1	1	-	-	1
Nordeste	1	0	-	1	-	1
Centro-Oeste	0	1	1	-	-	1
Sul	0	5	2	1	2	5
Sudeste	2	8	5	3	2	10
Total	3	15	9	5	4	18

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme dados do Quadro 1, das 18 pesquisas que discutiram ACs/FCs, um expressivo número foi produzido na região Sudeste (55,5%), seguidas pela produção da região Sul, com 27,8% cada uma dessas, da mesma forma as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficaram com 5,7% cada um, representando a menor quantidade de trabalhos. Do total, analisam-se em 2015 seis pesquisas, em 2016 foram três, em 2017 foram duas, em 2018 foram cinco, e em 2019 foram dois trabalhos analisados.

Grande parte das teses e dissertações analisadas é proveniente de instituições públicas federais e estaduais (77,8%), já as instituições privadas respondem por 22,2% das esferas particulares.

Percebe-se também que um grande número de pesquisadores (83,3%) utiliza o termo ACs em suas pesquisas e (16,7%) fazem uso da terminologia FCs ou de ambas, contudo, essas nomenclaturas são utilizadas como equivalentes.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais dados presentes nos 18 trabalhos analisados: título, objetivo da pesquisa, procedimentos teórico-metodológicos, resultados e aspectos sobre adaptação/curricular, os quais foram organizados em três momentos semânticos, conforme ano de defesa das pesquisas, que são apresentadas a seguir.

No primeiro momento são apresentadas oito pesquisas, sendo duas teses e seis dissertações, as quais versam sobre adaptações curriculares, formação docente e práticas pedagógicas. A seguir, apresentam-se os respectivos trabalhos, por ordem crescente de ano de defesa.

Paulino (2017) desenvolveu a tese intitulada “Efeitos do coensino na mediação pedagógica para estudantes com cegueira congênita”. Realizou pesquisa-ação colaborativa desenvolvida em sala de aula regular, compreendendo três sujeitos: professora da sala regular, a educadora especial do coensino (pesquisadora autora da tese em análise) e estudante com cegueira congênita. A investigação teve dois momentos, para cada qual elaborou um objetivo geral, por se tratar de dois estudos: a) implementar, descrever e analisar uma prática pedagógica para o acesso ao currículo por um estudante com cegueira congênita por meio de coensino, ministrado por uma professora de sala regular e uma educadora especial; b) conferir o conhecimento e as concepções da professora da sala regular sobre o serviço do coensino, antes e após ser realizado pela educadora especial de coensino/pesquisadora.

A pesquisadora ressalva que, apesar de ter analisado apenas uma prática pedagógica, a pesquisa-ação colaborativa, além de contribuir com a aprendizagem do aluno com cegueira, provocou mudanças significativas no contexto escolar e na aprendizagem dos demais alunos envolvidos, como ainda no aprimoramento profissional da docente do coensino ao representar a importância da inclusão escolar. A autora dedicou um subtópico sobre “Currículo: Flexibilização, Adaptação e Desenho Universal para a Aprendizagem”, além da legislação que respalda essa temática, apresenta teóricos que discutem ACs e FCs.

Dias (2018), em sua tese, cujo título é “Formação de professores e educação inclusiva: uma análise à luz da Teoria

Crítica da Sociedade” teve como objetivo caracterizar as abordagens da educação inclusiva nos cursos de licenciatura de uma universidade baiana, que tem tradição em formar professores de todas as áreas de conhecimento. Com esse intuito, realizou pesquisa fundamentada no referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade, visando compreender como as condições sociais objetivas interferem na formação do professor. A abordagem metodológica utilizada é de cunho empírico e qualitativa do tipo estudo de caso. Foram analisadas as concepções sobre educação inclusiva de 11 cursos de licenciatura. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada aplicada a sete professores e análise de documentos. A autora observou que a maioria dos cursos pesquisados não contempla a discussão da educação inclusiva em seus currículos e, nos cursos em que a abordagem acontece (Pedagogia, Educação Física e Ciências Biológicas) é realizada de forma incipiente. Verificou-se que nas propostas curriculares e nos componentes curriculares destaca-se a ideologia da racionalidade tecnológica. As ementas analisadas demonstraram a inexistência de uma teoria de base para se amparar a discussão sobre deficiência e preconceito. Os docentes pesquisados afirmaram que a temática educação inclusiva não foi consubstanciada em sua formação, contudo as suas concepções sobre inclusão são alinhadas às de educação especial.

No tópico “Educação inclusiva, deficiência e currículo: produção de trabalhos no campo de formação de professores” alerta que há um entendimento equivocado acerca das adaptações e flexibilizações curriculares, que normalmente são compreendidas apenas como meios para facilitar a aprendizagem (DIAS, 2018). Esclarece que é comum em uma mesma sala de aula se ver crianças pintando uma folha de papel enquanto outras ocupam-se de resolver cálculos matemáticos, aspecto que tende a acentuar a segregação em sala de aula. Admite que a falta de uma base teórica consistente para subsidiar os estudos sobre a deficiência, possibilitam equívocos e dúvidas sobre como as pessoas com deficiência aprendem e se desenvolvem, bem como sobre as adaptações metodológicas e a necessidade de ACs. Enfim, aponta que a formação docente não contempla as condições objetivas para críticas a essas condições, imbricando para uma formação para a heteronomia, que não questiona as formas e tempos diferentes de se aprender e ensinar.

Costa (2015), em sua dissertação, intitulada “Inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física: um estudo de caso” objetivou analisar as adaptações curriculares e metodológicas empregadas (ou não) pelo professor para a inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física. Sob a abordagem qualitativa com análise de conteúdo, a pesquisa foi caracterizada como uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, por meio de observação e entrevista semiestruturada realizada em três escolas públicas que ofertam o Ensino Fundamental, com três professores de Educação Física e quatro estudantes com

deficiência visual.

No estudo, foi constatado inexistência de ACs, empregadas pelos participantes da pesquisa diante do contexto de inclusão de estudantes com deficiência visual. Verificou-se que para o atendimento das necessidades educativas do estudante cego foram necessárias ACs de pequeno e grande porte, enquanto aos estudantes com baixa visão foram necessárias somente adaptações de pequeno porte. A ausência de ACs funcionam como barreiras que impedem o acesso aos conteúdos escolares. Nesse sentido, de acordo com a autora, as ACs nas aulas de Educação Física podem contribuir com exclusões nessas aulas, portanto precisam ser melhor implementadas. A pesquisadora elaborou uma seção sobre currículo e ACs em Educação Física. Apresentou diferentes concepções de currículo existentes, das tradicionais às que convergem para a inclusão escolar. Ao definir ACs, a autora partiu do “princípio de que as adaptações curriculares visam tornar o currículo escolar acessível a todos os estudantes” (COSTA, 2015, p.173).

Téo (2015) defendeu a dissertação nominada “Adaptações na Educação Física Escolar: intervenções de professores para um currículo acessível aos estudantes com deficiência”, com o intuito de investigar as adaptações curriculares propostas em programas de Educação Física Escolar, da rede de ensino regular, voltadas à inclusão de estudantes com deficiência. A referida investigação é de natureza qualitativa, caracterizada como uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, realizada em quatro escolas públicas com quatro professores da disciplina de Educação Física que responderam entrevista semiestruturada e nove estudantes com deficiência em situação de inclusão escolar, observados sistematicamente por meio de observação não participante.

O pesquisador constatou que adaptações curriculares acontecem nas aulas, no entanto, de forma incipiente. Além disso, os participantes apresentam dúvidas quanto ao conceito de ACs, todavia facilitam e permitem a participação dos estudantes nas aulas de Educação Física. Téo (2015) dedicou, em sua dissertação, um capítulo para discorrer a respeito do currículo em uma perspectiva inclusiva, e nesse, um subtópico contemplando as ACs como estratégia de inclusão escolar, salientando que por meio dessas os educandos não são “excluídos das atividades propostas em aula, mesmo diante das barreiras que podem ser encontradas” (TÉO, 2015, p.28). Apesar disso, o autor enfatiza que essa temática carece de mais estudos para sua melhor compreensão e aplicação no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Machado (2017) dissertou sobre “Práticas inclusivas para a escolarização do aluno com TGD: desenvolvimento de uma cartilha paradidática ilustrada”, objetivando produzir uma cartilha de orientação com possíveis adequações curriculares que possibilitem a escolarização do aluno com TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento).

A pesquisa desenvolvida foi de natureza quanti-qualitativa, e ocorreu por meio de revisão de literatura e

de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle, no Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva da Rede de Formação (Redefor), desenvolvido pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD) em 2014, com 112 cursistas. Desses, 38 eram professores e tinham alunos com TGD, por isso foram selecionados para participar da coleta de dados acerca de seu alunado e suas práticas profissionais, especialmente no que refere a como esses docentes concebiam as adequações curriculares que melhor atendiam à especificidade do aluno com TGD e de que forma essas contribuíam para sua inserção em sala de aula regular, bem como seu desempenho acadêmico.

A investigação se desenvolveu em cinco fases: a primeira realizada por meio de análise da literatura; na segunda houve o levantamento de dados da plataforma Moodle; na terceira ocorreu a caracterização dos alunos-cursistas; na quarta ocorreu a estruturação organizacional dos dados pesquisados e coletados, relacionando-os com as informações encontradas na literatura; a última culminou com o desenvolvimento, estruturação e produção de uma cartilha ilustrada com sugestões e orientações para a prática do professor do Ensino Fundamental I em sala de aula.

Com os resultados obtidos, desenvolveu-se um objeto educacional, mais especificamente uma Cartilha Paradidática Ilustrada com sugestões de adequações curriculares práticas em sala de aula do Ensino Fundamental I para a socialização e escolarização do aluno com TGD. A autora, na seção que tratou da “A escolarização de alunos com TGD à luz da literatura”, produziu duas subseções dedicadas às ACs. Na primeira, tratou de adaptações factíveis necessárias para que o estudante alcance o currículo educacional comum; na segunda se reportou às ACs entendidas como respeito às especificidades do alunado, especialmente, ao discutir sobre as concepções dos participantes de sua pesquisa. No que se refere à dicotomia ACs/FCS, ao defini-las, se apoiou em Scherer (2015), que o fez como comumente são utilizadas, isto é, como expressões equivalentes.

Dalgalo (2018) estudou “A prática docente nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no contexto da educação especial: período de 2012 a 2016”. A pesquisa teve como objetivo verificar, a partir da prática pedagógica dos docentes, se eles estão realizando adaptações e flexibilizações curriculares nas suas metodologias e nos instrumentos avaliativos. A pesquisa, de caráter descritivo e qualitativo, fez uso da análise de conteúdo por meio de duas categorias: metodologia e instrumentos avaliativos. Foi desenvolvida tendo como base referências bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, utilizando questionários e entrevistas semiestruturadas realizados com 50 docentes de cinco cursos de graduação, com referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural, como suporte para compreender o processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos envolvidos no campo educacional: professor e aluno.

A pesquisadora constatou que a Unioeste está realizando as adaptações e flexibilizações curriculares, a partir das metodologias, dos instrumentos avaliativos, bem como do suporte dado pelo Programa de Educação Especial -PEE, com orientações e subsídios de materiais pedagógicos. A autora dedicou um capítulo com dois subcapítulos para tratar, inicialmente, de currículo, sua conceitualização ao longo do processo histórico, defendendo a ideia de que na organização curricular é preciso considerar reflexões a respeito de “[...] uma organização do que ensinar, como ensinar, quando ensinar, como estruturar esse ensino, de modo a também analisar como avaliar o que foi ensinado a esses sujeitos” (DALGALO, 2018, p.62). A respeito de ACs e FCS, a autora apesar de usar esses dois conceitos, não faz diferenciação entre esses, utilizando-os como sinônimos.

Oliveira (2018) apresentou a dissertação “Atendimento educacional a alunos com deficiência: gestão e prática de ensino na sala de aula regular”, com o objetivo de investigar e analisar as práticas e técnicas pedagógicas realizadas por professores do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, que tinham em suas salas de aula alunos com deficiência. De cunho qualitativo, a investigação do tipo análise de conteúdo, foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, observação em sala de aula e pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo 12 professores e 15 estudantes com deficiência (Síndrome de Down, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, TDAH, Autismo e Esquizofrenia), com ênfase na relação aluno-professor na mediação pedagógica.

O estudo revelou as angústias e expectativas dos docentes ao receberem, em sua sala, um estudante com deficiência, especialmente, por não contarem com a colaboração de equipe multidisciplinar, no entanto, ficou evidente o seu comprometimento com a qualidade do ensino oferecido. A pesquisa apontou a necessidade da formação docente voltada para uma educação de qualidade e da necessidade de uma equipe especializada para a EE.

A autora dedicou um tópico para tratar desse aspecto, intitulado de “O Ensino, o currículo e a gestão da sala de aula: indagações sobre adaptações e flexibilização curricular”. Inicialmente discorreu sobre o conceito e a importância e finalidade do currículo segundo a atual LDB 9394/1996, orientações dos PCNs (1997), Sacristán (2000) entre outros autores.

Quanto à flexibilização curricular, buscou entendimento em Perrenoud (2001). Em seu entendimento, esse teórico nos remeteu a refletir sobre a necessidade de realizar a adaptação curricular para os alunos considerando que cada criança aprende de forma e em tempo diferentes. Baseou-se também em Aranha (2002) quando admite que as “adaptações curriculares” são necessárias a serem realizadas nos diferentes componentes curriculares, a fim de responder às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Com base em Pacheco (2011) e Oliveira (2018, p.61) o professor ao atuar com alunos

com deficiência na sala de aula regular deve fazer uso do currículo para todos, mudando as ações para que uma parcela dos alunos possa superar suas dificuldades.

Por fim, situa as pesquisas de Capellini (2014) e de Braun (2012) sobre o trabalho docente coordenado e colaborativo, no qual o professor da classe comum e o da especial ou especialista se juntam para sistematizar o ensino dirigido a grupos heterogêneos, no que se refere a conteúdos acadêmicos ou comportamentais, entretanto, essa parceria pouco tem ocorrido.

Roquejani (2018) produziu a dissertação sobre o “O ensino de Geografia com adequações curriculares em salas inclusivas do ensino fundamental – anos finais”, objetivando contribuir com a elaboração de práticas e métodos de ensino dos conteúdos da Geografia, que contemplassem a singularidade de cada estudante, tendo por base o currículo do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada ocorreu pela elaboração e análise de adequações curriculares a respeito do ensino da cartografia para os sextos e sétimos anos e por meio da verificação da opinião do professor sobre a estratégia aplicada em sala, bem como a construção de uma proposta de adequações curriculares.

O estudo mostrou que a inclusão escolar é considerada pelo professor de Geografia uma dificuldade, no entanto revelou também que adequações favorecem o trabalho com a diversidade de alunos. Assim sendo, alguns aspectos precisam ser considerados para que esse paradigma seja alcançado, como a formação inicial do docente, o planejamento compartilhado entre docentes da sala comum e especial, nos recursos materiais e pedagógicos entre outros.

Roquejani (2018, p.33) dedicou uma seção intitulada de “Adequações curriculares e o desenho universal para a aprendizagem”. De forma geral, nessa apresentou, entre outros aspectos, a contextualização das adequações curriculares para o ensino da Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, que devem estar presentes no PPP da escola. A autora afirma que, “quando o currículo, atrelado à organização do PPP da escola, configura-se democrático, dando autonomia para que a comunidade escolar possa flexibilizá-lo e defini-lo de acordo com as suas prioridades, o processo de inclusão é fundamentalmente favorecido”.

No segundo momento, reúne-se uma tese e quatro dissertações, as quais tratam de adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual, sintetizadas a seguir.

Tassinari (2019), em sua tese intitulada “Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com deficiência intelectual”, teve como objetivo analisar a formação e atuação do professor da Educação de Jovens e Adultos junto aos alunos com deficiência intelectual, matriculados na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa foi qualitativa com análise de conteúdo. Participaram dessa sete professores da Educação de Jovens e Adultos que atuam no Ensino Fundamental II e que têm em suas salas alunos com deficiência intelectual. A coleta

de dados foi organizada em três momentos: caracterização da prática pedagógica, identificação das demandas dos professores e formação reflexiva. Os instrumentos e ações investigativas utilizados para a coleta de dados foram: entrevista semiestruturada para professor da EJA com alunos com deficiência intelectual, observação em sala de aula e anotações em diário de campo, sala de aula virtual e formação reflexiva.

Os professores pesquisados não se sentem preparados para agir, efetivamente, na inclusão escolar, em função da ausência de melhor preparo teórico-técnico-metodológico, bem como do apoio de profissionais especializados para acompanhar o aluno e orientá-los em sua prática pedagógica, persistindo ainda em uma prática tradicional pautada por aulas expositivas, deixando transparecer práticas pouco adequadas à inclusão. Sobre a formação reflexiva, os professores indicam contribuições do processo formativo para a reflexão da atuação docente, especialmente, em relação às práticas e percepções junto ao aluno com deficiência intelectual.

Na seção sobre práticas pedagógicas inclusivas, a autora elaborou uma subseção sobre ACs. Afirma que para a construção da escola inclusiva, os caminhos transitam pelas adaptações curriculares (TASSINARI, 2019, p.65), pois as ACs permitem que os estudantes com deficiências tenham acesso ao currículo e à aprendizagem de conteúdos nesse contidos. Essa pesquisadora afirma que a inclusão na EJA vem ocorrendo, entretanto é imprescindível que a escola “[...] democratize o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para todos, mediante projetos e situações que lhes possibilitem exercer o direito à igualdade de oportunidades” (TASSINARI, 2019, p. 66), para isso, as ACs devem ajustar o currículo às necessidades dos estudantes.

Santos (2015), em sua dissertação intitulada “O processo de escolarização de uma aluna com deficiência intelectual: o currículo escolar em questão”, objetivou identificar como duas professoras realizam intervenções pedagógicas com uma estudante com deficiência intelectual e, a partir daí, refletir sobre as mesmas, tomando como base os postulados de Vigotski sobre desenvolvimento e os caminhos de aprendizagens encontrados em seus textos sobre defectologia.

A pesquisa foi realizada em uma sala de segundo ano do Ensino Fundamental de uma escola privada, por meio de filmagens das ações de duas professoras, uma regente e outra de educação especial, direcionada a uma estudante com deficiência intelectual, além de entrevistas com essas profissionais e a mãe da estudante. O principal aspecto observado na pesquisa de campo foi estabelecer relações entre as ACs realizadas pela professora e o desenvolvimento acadêmico da aluna.

As análises mostram que a professora da sala comum, apesar do empenho, encontra muitas dificuldades em adaptar um currículo que contemple caminhos de aprendizagens para a superação das dificuldades apresentadas pela estudante. A pesquisadora dedica o capítulo “Problematizando o conceito

de adaptações curriculares e o papel da escola: um olhar sob a perspectiva histórico-crítica”, no qual discute as ACs como forma de superar as dificuldades de ensino e aprendizagem vivenciadas por professores e estudantes com deficiência. Faz também uso do termo adequação curricular e diz que pequenos ajustes no contexto escolar podem ser uma postura equivocada quando se fala em ACs, pois tais atitudes podem acentuar ou impedir o desenvolvimento do aluno.

Valera (2015) produziu dissertação denominada “Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações”, com o objetivo de identificar e analisar teses e dissertações que constam no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a respeito da adaptação curricular e deficiência intelectual no contexto da educação inclusiva, referentes ao período de 1998 a 2013. Realizou pesquisa de natureza bibliográfica, na qual analisou nove dissertações e uma tese, quanto aos seus objetivos, metodologia e resultados.

De forma geral, Valera (2015) constatou que a maioria dos docentes não realizava as ACs por desconhecer a sua importância e por considerá-las um desafio. A pesquisadora produziu uma seção para refletir sobre ACs, intitulada “Adaptação curricular na ação pedagógica inclusiva”, na qual elencou os principais documentos nacionais e mundiais que tratam dessa temática, bem como situou autores que fazem uso da terminologia ACs e outros que usam FCs. Sobre essa diferença de terminologia, a autora conclui que ora utilizam o termo adaptação curricular, ora adequação curricular e flexibilização curricular, para se referir à importância dos ajustes curriculares para os alunos com deficiência (VALERA, 2015).

Guadagnini (2018) pesquisou sobre a “Adaptação do currículo nas aulas de Língua Portuguesa para alunos com deficiência intelectual” com a intenção de analisar se a adaptação do currículo regular pode ser utilizada pelos professores de Língua Portuguesa para favorecer o ensino e aprendizagem dos conteúdos desta disciplina para os alunos com deficiência intelectual. Para isso, realizou pesquisa do tipo qualitativa e de natureza participante, envolvendo a professora de educação especial (a pesquisadora), a professora de Língua Portuguesa e duas alunas do 7º ano do Ensino Fundamental, com deficiência intelectual. Para isso, a pesquisa aconteceu em quatro etapas: observações das aulas de Língua portuguesa, entrevista inicial, elaboração e aplicação de atividades adaptadas e entrevista final com a professora de Língua Portuguesa.

Os resultados mostraram que a prática pedagógica da professora observada era baseada em aulas expositivas, o que inibia a participação das alunas com deficiência intelectual, que ficavam andando pela sala de aula. Quanto à elaboração e aplicação das atividades curriculares adaptadas, observou-se o envolvimento recíproco da professora e das duas alunas no processo ensino e aprendizagem. Por fim, concluiu-se que são necessárias ações de planejamento e formação

para os professores sobre como elaborar ACs. Guadagnini (2018) buscou compreender a adaptação curricular como possibilidade do conteúdo ser aprendido por todos os alunos. Com esse pensamento elaborou o tópico sobre currículo escolar e o atendimento à diversidade, e neste discutiu sobre os aportes legais que amparam as ACs e a adaptação do currículo escolar aplicado à disciplina de Língua Portuguesa.

Araújo (2019) dissertou sobre “Adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual: das concepções às práticas pedagógicas”, cujo objetivo foi analisar a realização das ACs para estudantes com deficiência intelectual, nas práticas pedagógicas dos docentes de escolas do Ensino Fundamental I. De natureza qualitativa, a pesquisa foi realizada em duas escolas públicas, por meio de entrevistas semiestruturadas com treze professores de sala de aula comum, com o intuito de descrever as suas concepções acerca de ACs e de observação participante a onze estudantes com deficiência intelectual, a fim de identificar e caracterizar as práticas pedagógicas para tal finalidade, além de análise de documentos escolares.

A pesquisadora buscou compreender como eram realizadas as práticas pedagógicas e sua relação as ACs para atingir os alunos com deficiência intelectual. Araújo (2019) constatou que os professores participantes da pesquisa têm se apropriado de concepções restritas, superficiais e não suficientes a respeito das ACS, além disso, observou nos documentos, arquivos e observações em escolas a legitimação das chamadas flexibilizações curriculares. Em algumas situações observadas nas aulas regulares foram constatadas algumas práticas pedagógicas de ACs, entretanto, esse fazer tem maior ênfase nas aulas de apoio escolar. A autora dedicou uma seção para discutir a questão da adaptação curricular em uma perspectiva inclusiva. Sobre a definição de “adaptação curricular”, afirma que é um termo em construção e apropriação e que a maioria dos professores apresenta conhecimento insuficiente sobre esse tema, o que tem dificultado a sua realização nas escolas com estudantes com deficiência. Elencou uma relação de pesquisadores que se utilizam de diversas terminologias como: adaptações, adequações, ajustes/adaptações, flexibilizações, flexibilização/adaptação, adaptação/adequação, diferenciação, acessibilidade curricular, entre outros.

No terceiro e último momento, são elencadas cinco dissertações, organizadas semanticamente quanto aos aspectos de adaptações curriculares, gestão e políticas públicas inclusivas, apresentadas a seguir.

A primeira das dissertações, intitulada “Cada um aprende do seu jeito: das adaptações às flexibilizações curriculares”, Scherer (2015) teve como objetivo analisar os significados sobre as ACS que são produzidos e colocados em ações por documentos legais e revistas pedagógicas. Para atender ao proposto, a autora realizou análise discursiva de documentos legais internacionais e nacionais (de 1979 a 2010) e de duas revistas pedagógicas – 13 exemplares da Revista Nova Escola, de 2003 a 2013 e quatro exemplares da Revista Pátio: 2005,

2009, 2010 e 2012.

As ACs foram recomendadas a partir de movimentos nacionais e internacionais no período analisado pela autora, e que embasaram a construção de documentos legais que normatizam e orientam a inclusão escolar em nosso país. Foi nesse período que ocorreu a mudança da ênfase de ACs para FCs, indo de uma sociedade disciplinar para uma de controle. Toda a pesquisa de Scherer (2015) versa sobre ACs, sendo estas seu objeto de estudo, no entanto, o que mais interessa para a elaboração do presente artigo é o percurso apresentado pela autora que vai das ACs às FCs, ou seja, a flexibilidade se aplica à ideia de que cada aluno aprende de seu jeito e a seu tempo. Afirma que, na modernidade, ocorreu uma transposição “de um aluno que precisava adaptar-se à escola para uma escola que precisa adaptar-se a todos os alunos” (SCHERER, 2015, p.134).

Silva (2015) desenvolveu a pesquisa “Análise das políticas públicas da educação inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual na escola pública no município de Macapá-AP”, com a finalidade de analisar as políticas públicas da educação inclusiva, especificamente, as que se referem sobre as ACs para os alunos com deficiência intelectual pertencentes à rede pública de ensino do município de Macapá, no Amapá. Com esse intento, realizou pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, especialmente, na análise da legislação que trata da inclusão escolar no âmbito federal e no município analisado.

No que se refere às políticas públicas para a inclusão escolar do município analisado, foram constatadas diretrizes que orientam tal processo, entretanto esse não se aplica quanto às ACs. Por conta disso, as escolas se amparam em documentos oficiais nacionais para implementar a inclusão escolar nas escolas municipais. Silva (2015) sugere, entre outros aspectos, que seria importante que o Município aprovasse legislação que orientasse as práticas de ACs, com a finalidade de atender aos alunos de inclusão de acordo com o contexto da realidade local. Para isso, além da formação docente há a necessidade da realização de um planejamento mais integrado, em que se priorize a utilização das ACs.

A autora, em sua pesquisa, produziu uma seção sobre a “Adaptação curricular com foco na inclusão”, abordando o currículo, suas dimensões, conceituações e definições. No que se refere às ACs, Silva (2015) assevera que essas vão desde os espaços físicos e perpassa pelas relações interpessoais, envolvendo tudo que representa e repercute em aprendizagem. Acrescenta, ainda, no que se refere ao currículo escolar que é salutar a sua adaptação, de modo a torná-lo mais dinâmico, flexível, passível de alterações. Situou também as ACs de pequeno e grande porte, bem como discorreu sobre o currículo escolar e o aluno com deficiência intelectual, a partir de reflexões sobre como torná-lo inclusivo diante da complexidade que essa temática demanda.

Correia (2016), em sua dissertação intitulada “Deficiência,

conhecimento e aprendizagem: uma análise relativa à produção acadêmica sobre educação especial e currículo”, objetivou discutir a relação entre educação especial e currículo, permeada pelos conceitos de deficiência, conhecimento e aprendizagem. Com esse intuito, o autor realizou pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico, na qual analisou 148 trabalhos divididos entre teses, dissertações disponibilizadas na Capes e de artigos da Anped Nacional, Sul e Redalyc, no período de 2009 a 2015.

Os principais aspectos evidenciados pela pesquisa são: as adaptações, adequações, flexibilizações curriculares que, na forma como estão sendo descritas e praticadas, não potencializariam o acesso ao conhecimento por parte dos alunos com deficiência (CORREIA, 2016). O estudo também identificou a presença de concepções de deficiência como impedimento, incapacidade, atributo imutável, além de uma visão de conhecimento em uma dimensão exterior ao sujeito, como uma verdade inquestionável e conceito de aprendizagem como capacidade de captar através dos sentidos, armazenar na memória e reproduzir quando necessário.

As ACs, na forma como vêm sendo mostradas pelas pesquisas, condicionam a escolarização dos alunos com deficiência a fatores ligados a uma concepção de deficiência centrada apenas nas limitações dos sujeitos e que, ao fim e ao cabo, contribuem para reforçar a ideia de “incapacidade” vinculada a esses sujeitos (CORREIA, 2016, p.146), aspecto que parte de uma visão estática de currículo e de seus desdobramentos no ensino e aprendizagem do estudante com deficiência.

Paula (2016) dissertou sobre “Adaptações curriculares e a inclusão educacional da pessoa em situação de deficiência: um estudo de caso em escolas públicas localizadas no município de Belém/PA”, com o objetivo de analisar se o processo de implementação de ACs de grande porte contribui para a promoção da inclusão educacional, acesso e permanência da pessoa em situação de deficiência em escolas públicas do município de Belém/PA.

A investigação se pautou em uma abordagem qualitativa e analisada através do método de análise de conteúdo, e ocorreu por meio de pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes, coordenadores pedagógicos e gestores de duas escolas públicas. Em relação aos espaços físicos, estruturais e de recursos para a promoção da inclusão, os ajustes não suprem as necessidades dos estudantes. Em relação às adaptações (flexibilização curricular), Paula (2016, p.8) destaca que essas ocorrem em adaptações de provas, de avaliações e de conteúdos direcionados aos estudantes em situação de deficiência, “[...] medidas, entretanto, que não estão resguardadas e nem previstas na proposta pedagógica de ambas as escolas, o que se entende não garantir sua implementação e nem definir o modo como nessas ocorrerá o processo.

A autora dedicou, em seu trabalho, duas seções para discutir questões ligadas a ACs. Dissertou sobre as de pequeno

e grande porte, elegendo esse último em sua pesquisa nas duas escolas campo de estudo. Analisou as condições físicas, materiais e pedagógicas em que ocorrem as iniciativas de adaptação de acesso ao currículo presentes no projeto político das instituições pesquisadas.

Silva (2016) empreendeu pesquisa sobre “Processos de (re)conhecimento do estudante público-alvo da educação especial na UFSM: adaptações curriculares (des)necessárias”, objetivando conhecer como os processos de (re)conhecimento e acompanhamento aos estudantes público-alvo da educação especial ocorrem nos cursos de graduação com vistas a contribuir com a aprendizagem e conclusão dos cursos pelos estudantes. Com esse propósito, realizou pesquisa exploratória com abordagem quali-quantitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas respondidas por 12 coordenadores de cursos e oito docentes das disciplinas com o expressivo quantitativo de reprovações (evasão/repetência) de estudantes público-alvo da educação especial.

De forma geral, a autora constatou que o (re)conhecimento dos estudantes ainda necessita de certa apropriação de conhecimentos teóricos e práticos a respeito da inclusão educacional e que influenciam nas ACs, práticas e estabelecimento de ações que promovam a aprendizagem e conclusão dos cursos de todos os estudantes com ou sem deficiência. Concluiu, também, que a pesquisa pode contribuir para suscitar questões relevantes para a inclusão dos estudantes, bem como precisam ocorrer mudanças, normativas, alterações curriculares e institucionais, avaliando-se a possibilidade de terminalidade específica.

Além de refletir sobre o currículo escolar, a pesquisadora elaborou o subtópico sobre “As adaptações curriculares e terminalidade específica no estado de conhecimento em educação especial”, no qual levantou 23 pesquisas sobre ACs, das quais analisou oito dissertações e duas teses, o que de forma geral, constatou que uma análise das produções referentes às adaptações curriculares e flexibilizações, percebe-se que a dificuldade em compreender e desenvolver as adaptações curriculares são frequentes em seus resultados (SILVA, 2016), achado que condiz com a maioria dos resultados encontrados nas pesquisas analisadas neste artigo.

As teses e dissertações analisadas na presente pesquisa, em conformidade com o que traz a literatura que trata do assunto, destacam a importância de o currículo escolar ser adequadamente modificado para atender necessidades específicas de aprendizagem, contudo, estas pesquisas também se utilizam de diferentes acepções para designar tais alterações, geralmente tidas como sinônimas ou equivalentes, aspectos que se discute sucintamente a seguir.

As definições ACs e FCs são usadas, via de regra, para definir e explicar mudanças feitas no currículo escolar para facilitar e promover a aprendizagem de alunos que não conseguem aprender em tempo, maneira e intensidade

equivalentes aos demais estudantes de sua turma. Esses “arranjos pedagógicos” recebem outros significados, os quais são apresentados a seguir.

No dicionário de sinônimos on-line¹

para o termo adaptação se encontram três categorias de significados: na primeira acepção, no sentido de adequação, significa: acomodação, ajuste, acomodamento, ajustamento, amoldagem, amoldamento, apropriação, justura, moldagem; na segunda, habituação, constitui-se por: aclimação, aclimatação, ambientação; e na terceira definição, modificação, expressa: alteração, modificação, transformação, transposição. Da mesma forma, para adequação, localizam-se três grupos de significados: no primeiro desses, adaptação, agrega: aclimatação, acomodação, acomodamento, ajustamento, amoldamento, conformação, harmonização; no segundo, correspondência, insere: identidade, igualdade, conformidade, ajuste, semelhança; enquanto o último grupo conveniência, diz respeito a acerto, apropriação, pertinência, propriedade. Já para a expressão flexibilização localizamos a categoria condescendência, e reúne os significados: concessão, cedência, temporização, transigência.

A indefinição dos conceitos de flexibilização, adequação e adaptação causou a variação dessas terminologias, contudo permaneceu a postura tradicional na forma de conformar o currículo às necessidades de aprendizagem dos alunos (FONSECA, 2011).

Scherer (2015, p.83) também discorre sobre tal conceituação, entretanto, avança no sentido de compreender, entre outros aspectos, como ocorre a “mudança de ênfase das adaptações para as flexibilizações curriculares”. A autora sustenta, com base em teóricos que estudam a modernidade líquida, que esse momento histórico exige uma postura flexível dos indivíduos.

Para Leite e Martins (2012), a ideia de flexibilidade curricular se encontra presente na legislação brasileira desde a Lei nº 7044, de 1982 (alterou dispositivos da LDB nº 5692, de 1971, sobre profissionalização no então ensino de 2º Grau) e as terminologias ACs e FCs passaram a ser empregadas pelo Conselho Nacional de Educação, inicialmente na Resolução nº 02 (BRASIL, 2001), anunciando que não é o aluno que se adapta à escola, mas é função dessa instituição se tornar um espaço inclusivo, como “estratégia pedagógica para garantir ajustes educacionais, no âmbito da metodologia, da avaliação, da oferta dos objetivos de ensino e das expectativas de aprendizagem” (LEITE; MARTINS, 2012, p.96). A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN 9394/1996, em seu artigo 59, inciso I estabelece que as escolas organizem “currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organização específicos” (BRASIL, 1996).

Valera (2015) pesquisou sobre ACs em teses e dissertações (1998-2013) e constatou que os estudiosos por ela investigados ora utilizam o termo adaptação curricular,

¹ Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/>>.

ora adequação curricular e flexibilização curricular, para se referir à importância dos ajustes curriculares para alunos com deficiência. Em sua pesquisa, anuncia que utilizou o termo ACs, por entender que são possibilidades educacionais de atuar frente as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Semelhantemente a essa pesquisadora, nas pesquisas *stricto sensu* que foram analisadas, que serão apresentadas a seguir, constata-se que grande parte dos autores de teses e dissertações se valem do termo adaptação curricular, com exceção de apenas três deles que fazem uso mais recorrente da terminologia FCs.

Sacristán e Gómez (1998) salientam que o currículo escolar expressa e veicula valores e impressões, e por ser dinâmico imprime um caráter para além do fazer técnico. De forma mais prática, Leite e Martins (2012) elencam três passos importantes que perpassam a elaboração de ACs pelo docente. No primeiro, deve-se observar o que o aluno já conhece e domina do conteúdo, ou seja, o que ele faz sozinho. No segundo, constata-se o que ele consegue fazer com mediação. No terceiro, verifica-se o que ele não é capaz de aprender, embora já tenha se esforçado para tal. Conforme essas autoras, esses passos orientam o fazer pedagógico nas tomadas de decisões ao se realizar ACs/FCs.

4 Conclusão

Conforme proposto, no presente texto foram analisadas pesquisas *stricto sensu* sobre ACs e FCs, entre os anos de 2015 a 2019. Tecem-se algumas reflexões sobre o currículo escolar, enquanto resultado da dialética entre teoria e prática, bem como as adequações e ajustes que esse instrumento que reflete a escola e seus saberes devem/precisam sofrer para se tornar democrática com aqueles que, por motivos inerentes à subjetividade humana, não aprendem em tempos e espaços demarcados pedagogicamente. Atenta-se também pela confusão entre as terminologias ACs versus FCs, entretanto, não é apenas uma questão de definição, mas o que parece mais preocupante é a complexidade de como realizá-las no interior das escolas.

Observa-se que a inclusão escolar é preconizada na legislação, tanto de cunho internacional como nacional, mas não apresenta suporte necessário para sua implementação com qualidade na prática, no contexto escolar propriamente dito, seja em estrutura arquitetônica, na formação e capacitação dos professores e demais profissionais, entre outros.

Com base na seleção e análise das pesquisas que compõem esse estudo, são consideradas valorosas as reflexões sobre o currículo escolar em suas várias dimensões, especialmente, quando se pensa um currículo inclusivo, que necessita ser repensado e redirecionado para atender diferentes dificuldades de aprendizagem em suas formas de se aprender e ensinar.

Considera-se ainda, que essa temática deve ser abordada com maior profundidade nos cursos de formação de professores, tanto para os das salas comuns como os de educação especial, e sobretudo, que condições materiais

e pedagógicas sejam oportunizadas a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para que o ensino seja propiciado a todos, independentemente de suas condições de aprendizagem.

Decorrente da importância e urgência em se pensar um currículo democrático e em ação, acredita-se que outras pesquisas devam suscitar e discutir essa temática.

Referências

ARAÚJO, M.A. Adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual: das concepções às práticas pedagógicas. 2019. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás – Catalão, GO, 2019.

BARDIN, L. Análise do conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei n.º 7044, de 18 de outubro de 1982. Altera os dispositivos da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm>. Acesso em: 9 jul. 2020.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 9 jul. 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução n.º 2, de 11 de setembro de 2001, institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CAPELLINI, V.L.M.F. Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países. Curitiba: Appris, 2018.

CORREIA, G. B. Deficiência, conhecimento e aprendizagem: uma análise relativa à produção acadêmica sobre educação especial e currículo. 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

COSTA, C. M. Inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de educação física: um estudo de caso. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

DALGALO, V.S. A prática docente nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no contexto da educação especial: período de 2012 a 2016. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2018.

DIAS, V.B. Formação de professores e educação inclusiva: uma análise à luz da Teoria Crítica da Sociedade. 2018. 263 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2018.

FONSECA, K.A. Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2011.

GUADAGNINI, L. Adaptação do currículo nas aulas de Língua Portuguesa para alunos com deficiência intelectual. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.

GONZÁLEZ, J.A.T. Educação e diversidade: bases didáticas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2002.

- LEITE, L.P.; MARTINS, S.E.S.O. Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças nas escolas. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.
- MACHADO, P. R. Práticas inclusivas para a escolarização do aluno com TGD: desenvolvimento de uma cartilha paradidática ilustrada. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP, 2017.
- OLIVEIRA, A.C.L. Atendimento educacional a alunos com deficiência: gestão e prática de ensino na sala de aula regular. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2018.
- PAULA, H.I.G. Adaptações curriculares e a inclusão educacional da pessoa em situação de deficiência: um estudo de caso em escolas públicas localizadas no município de Belém/PA. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.
- PAULINO, V.C. Efeitos do coensino na mediação pedagógica para estudantes com cegueira congênita. 2017. 206 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2017.
- ROQUEJANI, T.C. O ensino de geografia com adequações curriculares em salas inclusivas do ensino fundamental - anos finais. 2018. 214 f. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP, 2018.
- SACRISTÁN, J.G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SACRISTÁN, J.G.; GÓMEZ, A.I.P. Compreender e transformar o ensino. São Paulo: Artmed, 1998.
- SANTOS, R.P.L. O processo de escolarização de uma aluna com deficiência intelectual: o currículo escolar em questão. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2015.
- SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- SCHERER, R. S. Cada um aprende do seu jeito: das adaptações às flexibilizações curriculares. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale dos Rios dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.
- SILVA, M.C. Processos de (re)conhecimento do estudante público-alvo da educação especial na UFSM: adaptações curriculares (des) necessárias. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.
- SILVA, M. R. P. da. Análise das políticas públicas da educação inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares para alunos com deficiência intelectual na escola pública no município de Macapá-AP. 2015. 84f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) - Faculdades EST - São Leopoldo, RS, 2015.
- TASSINARI, A. M. Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com deficiência intelectual. 2019. 159 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, SP, 2019.
- TÉO, G. H. Adaptações na Educação Física Escolar: intervenções de professores para um currículo acessível aos estudantes com deficiência. 2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.
- VALERA, J. R. Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Araraquara, SP, 2015.